

Inez

112

nov. 98

SEMINÁRIO INTERNACIONAL
PRESERVAÇÃO:
A ÉTICA DAS INTERVENÇÕES

04 A 06 DE DEZEMBRO DE 1996
BELO HORIZONTE/MG

ANAIS DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL
PRESERVAÇÃO:
A ÉTICA DAS INTERVENÇÕES



INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO - IEPH/MG

JUR
EMA
DE
SOU
SA
MA
CHA
DO

PANORAMA INSTITUCIONAL
PRESERVAÇÃO:
A ÉTICA DAS INTERVENÇÕES

04 de dezembro de 1996

Jurema de Sousa Machado *

Nem sempre se deve deixar de registrar o que parece óbvio: diante desse auditório tão cheio - nossa equipe técnica, nossos ex-colegas de trabalho, ex-dirigentes do IEPHA, tantos profissionais de destaque na sua atividade - o que fica claro é que o IEPHA quis registrar os seus 25 anos e nós só podemos depreender desse gesto um sinal de vitalidade, de inquietação e de auto-estima.

Além do prazer de compartilhar do registro dessa trajetória, da qual participo com pequena parcela, não me constranjo em dizer que, mesmo tendo certeza da importância e da qualidade do conteúdo do que vamos presenciar aqui, o que mais me motiva é, de fato, a consciência de que a Instituição tem vontade e tem motivos que nos façam comemorar.

Uma comissão Interna, incumbida de programar ações que expressassem esse desejo de registrar os 25 anos, optou pela organização deste Seminário e elegeu a Ética como tema.

Esse tema está, naturalmente, limitado pelo objeto de trabalho do Instituto, mas, ainda assim, é muito abrangente. É abrangente porque discutir Ética implica, necessariamente, em exercitar a racionalidade e exercitar a racionalidade admite, ou, eu diria, até mesmo exige, o conflito. Como bem dizem os juristas, exige o contraditório. Não fosse assim, estaríamos aqui ditando, e não discutindo, um conjunto de preceitos fechados, rigidamente definidos por nós mesmos ou por alguém - alguma regra linear de conduta a que poderíamos chamar de "Moral das Intervenções", se é que isso é possível. Mas, não. A proposta é discutir a Ética, entendida na amplitude do que a Filosofia chama de procura de maior bem, mesmo sabendo o quanto essa tarefa é difícil.

E me parece fácil perceber a pertinência e a atualidade do tema. Vocês podem estar pensando que este será, sempre, um tema pertinente em se tratando de intervenção em bens culturais (do que eu não discordo). Mas eu diria que, neste momento de profundas transformações sociais, econômicas e políticas, ele é ainda mais palpitante. Ele está presente, hoje, em todas as áreas do conhecimento, da ciência e das relações sociais.

Até ao abrir os jornais, que são tão hábeis em afirmações simplificadoras da realidade, deparamos com manchetes do tipo "A Ética da Psiquiatria", "A Ética do Consumo" ou a consagrada pela mídia, embora pouco exercitada, "Ética na Política". Só pode ser um sinal de inquietação, de alguma mudança.

A proposta do Seminário, no entanto, não é, e não poderia ser, assim tão aberta. Estamos nos propondo discutir a Ética sobre o nosso objeto de trabalho, compartimentado, para efeito didático, na intervenção sobre o patrimônio da arquitetura, sobre os conjuntos urbanos, sobre o patrimônio natural e arqueológico e sobre as obras de arte aplicadas aos bens culturais. Já é muito, se considerada toda a multiplicidade das visões e implicações de cada um desses temas, ou seja, a sua instância histórica, a sua instância estética e a sua instância física, com as quais lidamos o tempo todo.

Sendo assim, compreendi que a minha fala, associada à do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - aqui representado pela museóloga Célia Maria Corsino - teria, por ser introdutória, o sentido de discutir algo que antecede as demais discussões, ou seja, discutir a Ética da própria Instituição.

E por Ética da Instituição eu compreendo (e é nesse sentido que pretendo conduzir essa fala):

- uma questão primeira, que é a própria escolha do seu objeto de trabalho;
- em seguida, a relação entre aquilo que nos é socialmente colocado e a forma com que a Instituição responde, ou seja, a sua relação com o exterior, incluído aí o próprio Estado, a comunidade, as demais instituições e profissionais,
- e, enfim, a sua relação consigo própria.

E para falar sobre isso, eu pediria licença a vocês que me antecederam no IEPHA e que viveram experiências que eu não vivi e, ainda, para vocês que têm a História como profissão e, portanto, são mais científicos e menos intuitivos do que eu ao narrar a passagem do tempo. Eu pediria licença, também, para não ser conclusiva, porque acho que o tema não permite e porque considero essencial saber conviver na medida certa, ou seja, na medida que não paralisa, mas que permanentemente instiga, é preciso conviver com a dúvida.

E eu pergunto: Que Instituição é essa? Que Instituição foi o IEPHA, ao longo do tempo?

Para tentar responder a essa questão, é necessário fazer, ainda que de forma simplificada, um relato sobre a história do Instituto. E qualquer relato, por mais simplificado que seja, não pode deixar de relacionar o seu objeto de análise com as questões de caráter geral de cada momento.

A criação do IEPHA, em 1971, e sua atuação inicial resultam, no meu entendimento, de duas motivações centrais. A primeira delas, que é a mais claramente visualizada sob o aspecto institucional, foi a determinação do Governo Federal, capitaneada pelo Ministério da Educação, de criar, nos Estados, estruturas que ampliassem e dessem condições

operacionais à atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. Essa determinação foi registrada pelo chamado Compromisso de Brasília, assinado, em 1970, pelo Ministro Jarbas Passarinho e por vários Secretários de Estado e Presidentes de Conselhos Estaduais de Cultura.

A segunda motivação não se sustenta em um registro documental assim tão claro, mas é perfeitamente dedutível a partir de fatos e da própria resposta dada pelo IEPHA nos seus primeiros anos de atuação. Essa motivação partiu, seguramente, da compreensão de que havia uma lacuna de reconhecimento, de proteção e de conservação sobre bens culturais extremamente caros a Minas Gerais, fossem edificações e conjuntos menos excepcionais do que os protegidos pelo IPHAN, fosse o nosso patrimônio do ecletismo e do século XIX. Mais importante, no entanto, foi constatar, naquela ocasião, que não havia interlocutor no Estado para tratar do caso de Belo Horizonte, que começava a experimentar as maiores taxas de crescimento populacional, de adensamento e de verticalização da sua história.

Além da perplexidade diante das transformações de Belo Horizonte, o momento era de ampliação e modernização da burocracia do Estado e de forte supremacia do aparato tecnocrático patrocinado pelos governos militares - datam da mesma época, ou seja, estão completando 25 anos por agora, instituições como a SEPLAN - Secretaria de Estado do Planejamento, o BDMG, a COPASA, a CODEURB (hoje DEOP), o CETEC e a Fundação João Pinheiro, na época todas fundações ou empresas com muita autonomia administrativa e muito dinheiro. Esse furor modernizante foi muito eficiente em construir novos prédios, mas tratou muito mal os prédios públicos do início do século, instalando uma cultura que negava a concepção arquitetônica desses edifícios, suas condições de conforto ambiental e, até mesmo, sua significação. O exemplo extremado dessa postura e com o qual se vincula a decisão de criação do

IEPHA foi um grande projeto, concebido entre 1969 e 1970, e que teve, inclusive, sua implantação iniciada, de uma reforma radical do conjunto da Praça da Liberdade. Essa reforma substituiria o Palácio por uma torre de vidro projetada por Oscar Niemeyer, implantaria uma trincheira ligando a av. Brasil à av. Bias Fortes e remodelaria totalmente a Praça, no estilo calçada de Copacabana, jardim tropical e aquilo a que Carlos Drummond de Andrade chamou, com deliciosa ironia, de *fontes luminosas musicais*. Em julho de 1971, a criação do Instituto foi sugerida a Rondon Pacheco como uma medida urgente por uma Comissão de Notáveis que o próprio Governador havia criado para orientá-lo sobre que destino dar a esse projeto.

Feito esse relato, retorno ao tema da Ética da Instituição, refletindo sobre algumas analogias e contradições que parecem existir na origem do IEPHA, comparada à origem e à Ética do IPHAN.

A primeira analogia se faz com o autoritarismo que predominava nos momentos históricos em que foram criadas ambas as instituições: o IPHAN, no governo de Getúlio Vargas, em 1936, e o IEPHA, no governo do Presidente Médici e do Governador Rondon Pacheco, em 1971.

Um raciocínio linear de que, se essa foi a gênese dessas instituições, fica, então, comprometida sua legitimidade e fica imputada a elas a condição de autoritárias, me parece simplista e, até, equivocado. O que me parece mais correto é afirmar que, se governos dessa natureza, ou seja, governos que não andavam à cata de legitimação pela sociedade, optaram por criar essas Instituições, é porque, de fato (fosse por quais motivos fosse) eles assim queriam e, portanto, dariam às Instituições criadas por sua vontade respaldo para agir. Isso, de fato, foi o que aconteceu, sendo que, no caso do IEPHA, de forma bem mais intensa se comparada com os primórdios do IPHAN. Esse respaldo naturalmente significou,

por parte da Instituição, ao lado de uma produção intensa e eficaz, a impossibilidade e, até mesmo, uma certa acomodação em buscar alicerçar bases mais sólidas na sociedade, o que, alguns anos mais tarde, acabou custando muito caro.

Nesse período inicial, o IEPHA se organizou. Adquiriu alguns bens importantes ameaçados, como a Fazenda Boa Esperança, a casa de Alphonsus de Guimarães, em Mariana, a Chácara do Barão do Serro, entre outros, os quais constituíram o patrimônio necessário para que o Instituto se configurasse como uma Fundação. Tem papel decisivo em todas essas ações que resultaram na criação do IEPHA o Dr. Abílio Machado. Presidiram o IEPHA, nesse período, Dr. José Joaquim Carneiro de Mendonça e o arquiteto José Geraldo de Faria, tendo ambos como Diretor Técnico o arquiteto e professor Luciano Amédée Péret.

Com uma estrutura operacional muito simples, que vigorou até 1978, o IEPHA realizou, nesses primeiros anos, um conjunto considerável de obras e vinte e nove tombamentos. Através da execução das obras deu cumprimento aos princípios firmados no Compromisso de Brasília, ou seja, foram restaurados diversos bens tombados no nível federal.

Por outro lado, corroborando a tese da importância da preservação da Capital na decisão de criação do Instituto, a política de tombamentos conferiu nítida prioridade a Belo Horizonte, que participou com um terço dos bens tombados nessa fase, a começar pelo então fragilizado Palácio da Liberdade.

Mas, a analogia entre a gênese das Instituições - IPHAN e IEPHA - não pára aí. Ela se estende também à relação que ambas mantiveram em momentos históricos distintos com a Ética da Modernidade.

Na origem do IPHAN, a relação com o movimento moderno no Brasil é visceral. Os conceitos do projeto institucional globalizante e sofisticado do modernista Mário de Andrade tiveram o endosso do Ministro Capanema, em oposição às idéias de Gustavo Barroso, advogado, membro do Partido Integralista e para quem o órgão de patrimônio deveria cuidar do conhecimento da história pátria, do culto das tradições, dos objetos gloriosos, da heráldica e da genealogia das famílias importantes. Em torno do Ministro Capanema, de Mário de Andrade e de Rodrigo de Mello Franco de Andrade se juntou a troupe modernista que todos nós conhecemos: Lúcio Costa, Renato Soeiro, Carlos Leão, Alcides da Rocha Miranda e Oscar Niemeyer, além de Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira.

Mas o que vem a ser essa vinculação ética dos modernistas com o patrimônio?

O Movimento Moderno começa como um processo emancipador, fundado numa ética da libertação e da transformação. Estabelece, e isso nós continuamos a perseguir de forma permanente no nosso trabalho, uma tensão constante entre o essencial e o acidental, entre o efêmero e o eterno, entre essência e aparência.

Os modernistas do IPHAN tinham no projeto de preservação do patrimônio cultural um projeto de transformação da realidade brasileira, um projeto de nação globalizante e inclusivo. Como afirma Lauro Cavalcanti, *se propunham escrever, ao mesmo tempo, a árvore genealógica e o mapa astral do Brasil*. E assim fizeram ao se colocarem, numa perspectiva evolucionista, como herdeiros naturais da tradição construtiva do País. Consideravam que suas estruturas simplificadas e multiplicáveis igualariam casas de ricos e pobres, possibilitando a construção em escala de habitações populares. Deram concretude à afirmação de

Le Corbusier de que o modernismo não era uma opção estética, mas uma opção ética e social.

Em nome dessa ética, tornaram-se, ainda citando Lauro Cavalcanti, *o objeto e o árbitro da própria sacralização*. Triunfaram sobre os "acadêmicos e neocoloniais" com atos como a construção do Grande Hotel de Ouro Preto, ao qual Lúcio Costa confere a condição de "obra de arte", com o tombamento da Igreja da Pampulha e do Ministério da Educação e Saúde.

Mas, como andava esse ideal modernista quase 40 anos depois, quando da criação do IEPHA?

Nos anos 60, o arquiteto Villanova Artigas já denunciava o efeito devastador do imperialismo tecnológico e da racionalização, veiculados pelo Movimento Moderno e pelo Estilo Internacional sobre as identidades culturais do Brasil. O país, pré-industrial quando do início do Movimento Moderno, rendeu-se a ditames tecnológicos que não dominava e que não se conectavam em nada com suas raízes histórico-culturais. O resultado, em linhas gerais, foi um empobrecimento generalizado. Na produção da arquitetura pelos arquitetos, passa a prevalecer, com raras exceções, o último grito da moda e uma linguagem padronizada e morta. A produção sem arquitetos também perde sua autonomia cultural e vira o arremedo de referências não compreendidas. A experiência individual é superada por formas coletivas de comunicação e o prazer estético mais autêntico dá lugar à hegemonia do prático e do imediato.

Perdem-se, daí, as técnicas tradicionais, o saber-fazer e o gosto, seja o ingênuo, seja o erudito, pelo ornato. Se o início do processo de urbanização do país coincide com o final dos anos 30, ou seja, com o momento de criação do IPHAN, nos anos 70, quando foi criado o IEPHA, esse processo havia atingido o máximo de sua irracionalidade - taxas de

crescimento altíssimas, intensa formação de periferias urbanas, carências muito graves de infra-estrutura e, o que é pior, um misto de conformismo e de falta de consciência das perdas de qualidade ambiental e de qualidade de vida, ambas sacrificadas em nome de uma estranha racionalidade.

E o IEPHA nasce no meio dessa crise radical de Modernidade, no meio de um cenário de constante dissolução e reformulação, gerador de um sentimento geral de ausência de valores vitais da cultura. E, quando se fala de cidades, essa fragilidade de valores e essa idéia de uma sucessão incontrolável de imagens é ainda mais gritante. E, se o Moderno é o último, é o novo, é a oposição, então ele não tem identidade - sua identidade fica condenada à referência do passado. Tremenda responsabilidade para quem pretende cuidar do patrimônio!

É por perceber o quanto é grande essa tarefa, é que eu insisto em que, além de incorreto, analisar a trajetória do Instituto, sem considerar o quadro geral da sociedade, nos angustia inutilmente e nos faz canalizar para lugar nenhum o que poderia ser uma insatisfação produtiva e transformadora.

Retomando à cronologia dos fatos, o IEPHA passou, após essa bem sucedida fase de implantação, por outra etapa que foi, certamente, a de maior produtividade e eficiência da sua história. No período entre 1979 e 1984, ainda sob o efeito do chamado milagre brasileiro, o Instituto executou dois ambiciosos programas de obras: o POU - Programa de Obras Urgentes e o PCH - Programa de Cidades Históricas, ambos com recursos da SEPLAN da Presidência da República, em menor escala, do Tesouro do Estado e, já nessa época (para não dizer que esta é uma característica da crise financeira atual), com bastante recurso da iniciativa privada.

Do lado da proteção dos bens culturais, introduziu, além do já consagrado Tombamento, o instrumento do Inventário, iniciando o programa denominado IPAC, cuja metodologia reconhecia, claramente, o fenômeno cultural em toda a sua amplitude. Além das manifestações excepcionais, o IPAC reconhece a arquitetura vernacular, o patrimônio natural e arqueológico, as tradições, as festas, os cultos. Com raras exceções, ao IPAC não corresponderam, no nível municipal, instrumentos que dessem conseqüência prática à preservação dos bens identificados, uma vez que as prefeituras, naquele momento, não haviam se engajado na idéia da preservação.

Além da produção em si, a preocupação com a eficiência e o rigor técnico dessa época ficaram registrados nos vários roteiros metodológicos e cadernos técnicos produzidos. Além disso, a estrutura organizacional tornou-se mais complexa, com a expansão do quadro técnico (o IEPHA chegou a ter, nessa época, mais de 200 funcionários, ou seja, mais de duas vezes o que tem hoje) e com a subdivisão de atribuições dentro da área de Conservação e Restauração. É relevante, nessa fase, o reconhecimento do profissional historiador, que começa a deixar de ser um mero parecerista para assumir um papel ativo, de parceiro, na concepção dos projetos. Reflexo dessa postura é a individualização, na estrutura, do Setor de Tombamentos e Pesquisa, além dos de Áudio Visual e Divulgação.

É criada, também, no corpo do IEPHA, a Superintendência de Museus, cuja ação mais marcante foi a implantação do Museu Mineiro.

Esses dois primeiros períodos do IEPHA são marcados pela importantíssima atuação do arquiteto e professor Luciano Amédée Péret, Diretor Técnico até 1978 e Presidente do Instituto de 1979 a 1982, tendo, então, como Diretor Técnico, o também arquiteto e professor, Galileu Reis.

Em 1983, Tancredo Neves assumiu o Governo de Minas em meio à euforia de ser o primeiro governador eleito pelo voto direto depois de 30 anos.

Para o IEPHA, o Governador nomeou a arquiteta Susy de Mello, professora respeitadíssima e estudiosa da arquitetura brasileira.

Pode-se dizer que os dois primeiros anos da gestão iniciada pela professora Susy, que teve continuidade com o urbanista Rodrigo Andrade, Diretor Técnico em 1983 e Presidente em 1984, completaram essa que foi a fase áurea inicial do Instituto.

A interrupção do mandato da professora Susy de Mello, após menos de um ano de trabalho, foi motivada pela recusa do Governador, após um processo tumultuado, de confirmar o tombamento do Cine Metrôpole, permitindo sua demolição, sob os mais veementes protestos da área cultural e de entidades de classe, especialmente dos arquitetos e ambientalistas. O fato tornou-se emblemático na trajetória do IEPHA e de Belo Horizonte, especialmente por ter representado a primeira experiência da cidade em defender seu patrimônio e pela frustração da expectativa ingênua de todos nós de que o processo democrático, por si só, fosse algo mágico que garantisse que o compromisso ético de um governante eleito pelo povo coincidissem, sempre, com os mais nobres interesses da coletividade.

Não se pode atribuir ao caso Metrôpole a responsabilidade pelo início de um processo de sucessivas perdas para o IEPHA, mas, também, não se pode negar a sua força como emblema. O Metrôpole foi um inequívoco sinal de que a imagem e o peso político da Instituição não estavam mais, como antes, mascarados pela força da imagem de um Estado centralizador, que tudo podia e a quem tudo, de bom e de mal, era atribuído.

A perda do Metrôpole foi, no âmbito da correlação de forças dentro do Estado, uma perda política da Instituição e, mais do que isso, na sua relação consigo própria, significou algo ainda mais definitivo. Significou a perda da sua inocência. A partir de então, uma questão torna-se inadiável na agenda do IEPHA: ou se buscam apoios mais sólidos na sociedade, ou as ameaças seriam cada vez maiores.

A partir de 1984, a Superintendência de Museus se desliga do IEPHA e se vincula à Secretaria de Estado da Cultura, resultando em mais uma mudança de estrutura e em redução do pessoal correspondente.

Nos tombamentos, o enfoque do monumento isolado começa a ser substituído pela idéia do conjunto urbano. No caso de Belo Horizonte, isso é ainda mais evidente, numa clara tentativa de fixar uma imagem mais legível da relação dos edifícios com o processo de formação da cidade e de exercer algum controle sobre seu tumultuado entorno. Em 1984, são tombados os conjuntos da Pampulha, da Praça Floriano Peixoto e da Praça Hugo Werneck. Além do enfoque nos conjuntos, os tombamentos ficam centrados, exclusivamente, no patrimônio de propriedade pública, certamente o mais significativo sob o critério da representatividade de nível estadual, mas, também, um sinal de recuo, ou seja, *gato escaldado tem medo de água fria*.

O ano de 1985 inicia-se com a mudança na Lei de Criação do IEPHA e com mais uma reforma de seu Estatuto. É sintomática a observação de que, a partir de 1984, o IEPHA teve uma estrutura organizacional a cada ano e, em 1986, chegou a ter duas em um só ano, ou seja, oito estruturas até 1993. Essas mudanças na forma de organização do trabalho parecem refletir uma ansiedade e uma busca constantes, como se os problemas que o Instituto passava a experimentar estivessem apenas nele próprio e não inseridos em um contexto externo muito mais determinante.

Em 1985, a política de tombamentos volta-se para o norte de Minas - Vale do São Francisco e Vale do Jequitinhonha - suprimindo uma lacuna importante não coberta pelo IPHAN.

Dirigiram o IEPHA, no período de 1984/1985, o urbanista Rodrigo Andrade, como Presidente, e o arquiteto Mário Belfort, como Diretor Técnico.

Sintomaticamente, em 1986 e 1987, não foi nomeado o Conselho Curador e o Instituto não concluiu nenhum tombamento. O que eram apenas sinais detectados no início do processo de redemocratização, assume, nesse período, sérias proporções.

A jornalista Anna Marina Siqueira, Presidente no ano de 1987, tendo como Diretor Técnico o arquiteto Marcus Vinicius Franco Soares, enfrenta uma seqüência de greves no IEPHA, engajado no movimento geral do funcionalismo contra o Governo Newton Cardoso. A equipe consome suas melhores energias no confronto, sente-se desvalorizada e sem rumo. Começa o processo de perda de quadros, com a saída de profissionais que, em sua maioria, foram muito bem absorvidos pelo mercado de trabalho e que, de alguma forma, deram prosseguimento à atuação na área de preservação. É importante registrar que a passagem desses profissionais pelo Instituto respondeu, em muito, por sua formação especializada, suprimindo uma injustificada lacuna nas Instituições de ensino de Minas Gerais até então, ressalvado o CECOR.

Em 1988, Presidente a advogada Maria Cristina Araújo Campos, tendo como Diretor Técnico o arquiteto e funcionário da casa, Aluisio Rassilan Braga, o quadro de dificuldades não se reverte mas, ainda assim, esses anos difíceis foram bastante produtivos.

Em 1989, ocorre nova mudança de direção, com o arquiteto Alúcio Rassilan Braga assumindo a Presidência e o arquiteto Mauro Cavalcanti Marques, também do corpo técnico do IEPHA, a Diretoria Técnica.

O saldo desse período, em que pesem todos os transtornos, foi um volume considerável de obras, várias delas de vulto, como a restauração do prédio da Secretaria de Educação, diversas restaurações de pinturas no Palácio da Liberdade, Fazenda Boa Esperança, Matriz de Catas Altas e Caraça, além da homologação, entre 1988 e 1989, de vários processos de tombamento, inclusive os iniciados em épocas anteriores e concluídos nesse período. Ainda em 1989, o IEPHA recupera parte de seu corpo técnico, com novas contratações.

A gestão seguinte, Presidente a advogada Maria Eugênia Murta Lages e Diretor Técnico o arquiteto Olavo Pereira da Silva Filho, é a primeira administração do IEPHA pós Constituição Federal de 1988.

O princípio da municipalização, materializado pela Constituição, vem confirmar uma tendência já defendida há longa data pelos órgãos de preservação.

A diretriz adotada pelo IEPHA foi a de assumir uma postura cada vez mais normativa e de assessoria, reduzindo sua atuação direta em obras e projetos - as obras cada vez mais assumidas pelas prefeituras e os projetos, pelos profissionais do mercado.

Testemunho dessa tendência foi o grande volume de projetos apresentados pela Prefeitura de Belo Horizonte nesse período, monopolizando a Superintendência responsável, tanto com a análise quanto com o acompanhamento da execução das obras. Também o Conselho Curador interrompeu suas atividades, em parte pela expectativa de uma grande

reform
com
funcio
do IE
enter
rigoro
conse

E, co
gosta
da m

Afora
aprof
conco
multo
tester
"crise
gener
vonta
freqü
Esse c
os est
do in
univer
de do
Send
imedi
menç
movin
sem-te
social

E o qu

Nesso
comp

reformulação administrativa, o que de fato veio a ocorrer, com a implantação do novo regime trabalhista do funcionalismo público estadual e com a Lei de Organização do IEPHA, promulgada em 1993. Essa Lei, no meu entendimento, reflete uma instituição mais madura, rigorosamente simétrica no peso dado às áreas de conservação/restauração e de pesquisa/proteção.

E, como a municipalização é um processo em curso, gostaria de voltar a esse tema para conduzir a conclusão da minha fala.

Afora a compreensão de que a municipalização é o aprofundamento da democracia, (com o que todo mundo concorda), sinto nessa tendência o reflexo de um movimento muito maior da cultura, que é, justamente, o que dá o testemunho, ou seja, aquele que é o sensor dessa chamada "crise da modernidade". Sinto que há um desejo generalizado da memória, que toma corpo além da nossa vontade e da vontade dos governos. Tenho repetido isso freqüentemente, porque é o que vejo no dia-a-dia do IEPHA. Esse desejo implica (e, porque esse é um fenômeno geral, os estudiosos de diversas áreas o registram) na afirmação do individual em oposição à reprodução de princípios universais, o que, em última análise, pode levar à supressão de dogmatismos tão onipresentes no Movimento Moderno. Sendo assim, o nível local, ou seja, a cidade, é o nível mais imediato entre a memória individual e a coletiva. Cada vez menos procura-se identidade em grandes grupos. Os movimentos sociais são os dos negros, das mulheres, dos sem-terra, dos homossexuais. Não mais os de grandes classes sociais monolíticas.

E o que nós temos com isso?

Nessa hora, temos dois papéis irrecusáveis: o de compreender esse momento - o fim do moderno, o pós-

moderno, ou seja lá que nome tenha - e veicular, através do que possa haver nele de fértil, a retomada de potencialidades fixadas historicamente pelas comunidades e, também, contribuir para o encontro dessas (e é no plural mesmo, de propósito) tão procuradas identidades.

Para ninguém pensar que eu ando vendo coisas, peço licença para ler para vocês um pequeno trecho de uma carta que recebi, dirigida aos *amigos do patrimônio artístico e cultural*, ou seja, a todos nós. A carta vem de uma senhora de Honório Bicalho, que é um distrito de Nova Lima, às margens do Rio das Velhas e diz o seguinte: "*Venho através desta pedir-lhes a restauração da casa de meu pai Floriano Josefino de Souza, in memória Encarregado da mineração Morro Velho SA por 33 anos aqui ele iniciou uma pequena empresa, uma Fazendinha, ele queria fazer a Fazenda Grande no Faria, matas virgens aqui perto. Gostava de plantar e de vender, gostava de tocar sanfona e promover bailes. Era dotado espiritualmente. Tudo caiu por terra! Eu quero fazer o que ele ia fazer e deixou no meu caminho. Abrir aqui a "Florisbelo Produções e Eventos Incorporation". Ela prossegue contando dificuldades financeiras e pessoais, mas conclui dizendo: "só tenho a minha inteligência e competência e estou apta a entrar em atividades artísticas e culturais e precisando cuidar da minha beleza".*

Guardei essa carta como uma relíquia, esperando a hora de mostrá-la a todos os *amigos do patrimônio*. A sensação de otimismo vinda de manifestações tão genuínas é de que, embora os recursos técnicos e financeiros estejam muito aquém do que gostaríamos, há reconhecimento e há demanda e eu tenho certeza de que o IEPHA teve e tem um papel muito importante nessa construção.

E, ao pensar na construção, penso, ao mesmo tempo, em dois Mários - não só no de Andrade, o do belo projeto do patrimônio, o projeto do patrimônio instrumento da

construção da grande identidade nacional. O Mário intelectual, visionário. Eu falo dele sim, mas falo, também, do outro. Daquele que vocês conheceram no IEPHA, que eu conheci no IAB - o Mário da construção cotidiana, o Belfort. O da certeza de que cada dia é para ser conquistado.

JUREMA DE SOUSA MACHADO*

Atual presidente do IEPHA - INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, é graduada em Arquitetura pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Coordenou, por dois anos, o GAT - GRUPO DE APOIO TÉCNICO DA PREFEITURA DE OURO PRETO (MG), que controlou, em conjunto com o IPHAN, as intervenções no Centro Histórico do município de Ouro Preto.

Na Prefeitura de Belo Horizonte, supervisionou ações de reabilitação do centro da Cidade, dentre elas, projetos e intervenções em praças e logradouros tombados e seus respectivos entornos, como a Praça da Liberdade e Parque Municipal.

No PLAMBEL, atuou no planejamento urbano da região metropolitana de Belo Horizonte.